

FALEM MAL, MAS FALEM DI MIM: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS PROFESSORES DE HISTÓRIA (FEIRA DE SANTANA, 1986-1991)

Jackeline Silva Lopes*

RESUMO: O presente texto se propõe analisar como a sociedade feirense representava os professores, dentre eles os de História, entre os anos de 1986 e 1991 e os efeitos destas representações sobre tais professores. Para tanto, dialogo com o conceito de representação de Chartier e com fontes diversificadas: jornais *Feira Hoje* (1986-1991), depoimentos de professores de História, o *Plano Estrutural* (1990) e o *Relatório de estágio* (1993) do curso de Licenciatura em História da UEFS, buscando lê-las como representações. Assim, pretende-se demonstrar a rede de influências entre as representações socialmente construídas sobre os professores e sua postura profissional.

Palavras-Chave: Representação / Identidade Docente / História da Educação

A História Cultural provocou uma profunda transformação no fazer histórico dos últimos 30 anos, não apenas pela adoção de novas temáticas, fontes e métodos de pesquisa como, principalmente, por inaugurar uma nova visão de História e da própria cultura. Seguindo esta linha, Chartier, destaca-se por estudar o funcionamento das representações, seu processo de formação e negociação social, tornando-o uma das categorias centrais da História Cultural. Para ele, a representação do real não é o real, mas sim um discurso determinado pelo interesse de quem o cria. Logo,

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

O processo histórico de construção das representações, por sua vez, se dá por influência do contexto sócio-político-econômico-cultural em que surge e por produção, circulação e reelaboração de discursos através de “jogos de poder” que não se limitam ao poder das elites e/ou do Estado, mas às suas formas micro, compartilhadas por todos os sujeitos.

Acrescente-se ainda que estas representações contribuem para formar condutas, orientar as comunicações sociais, criar vínculos identitários entre grupos e justificar a manutenção ou mudança nas práticas sociais. As práticas adotadas na vida social e as

* Mestranda em História - UEFS

apropriações individuais que fazemos no processo de construção de nossas identidades, portanto, estão relacionadas com as representações de mundo à nossa volta.

Feitos estes esclarecimentos, convido o amigo leitor a observar a imagem da sala de espelhos à direita. Nela, uma mulher tenta reconhecer sua face num turbilhão de diversas imagens e embora tenha consciência de que nenhuma daquelas imagens expõe na completude o seu eu, não tem como não se deixar influenciar tais imagens, pois é a partir delas que busca construir sua autoimagem. Enfim, necessita que falem de si, ainda que tais falas não lhe sejam de agrado.



O presente artigo é parte da pesquisa em desenvolvimento intitulada “Na sala de espelhos: professores de História entre representações e identificação com a profissão”, na qual discuto como as representações em torno dos professores de História de Feira de Santana sobre sua profissão e o contexto vivenciado por estes professores entre 1986 e 1991 têm influenciado na construção das suas autorrepresentações e na sua identificação com a profissão. Para tanto, dialogo com Roger Chartier, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Antônio Nóvoa e outros que também se debruçam sobre a relação representação-identidade enquanto um processo de constante negociação que se constrói historicamente na vivência social e profissional dos docentes, escolhendo os de História por perceber que, além dos problemas que afetam aos professores como um todo, os de História têm que enfrentar a dúvida/incerteza em relação ao saber a ser ensinado e o valor socialmente atribuído à disciplina, como uma das principais na formação do cidadão crítico. (FONTOURA, 1995)

A partir da análise do relatório do estágio da 1ª turma do Curso de História da UEFS (1993), do Plano do Curso de História da UEFS (1990), dos depoimentos orais de professores e, principalmente, dos Jornais Feira Hoje (FH) do referido período, foi possível perceber uma série de “espelhos”/representações dos professores, dentre eles os de História, entre 1986 e 1991. Tais espelhos formam-se em diferentes esferas sociais, em meio a um contexto de efervescência no Brasil e na Bahia, caracterizando-se como uma época de crise econômica, de tentativas frustradas do Governo Federal em implantar pacotes econômicos, de arrocho salarial, de desemprego e instabilidade, até mesmo nos empregos públicos, de retomada da liberdade de expressão, da busca urgente de participação social e de vivência da cidadania (enquanto conquista de direitos) e, principalmente, de grande expectativa com os Governos

Estaduais de João Durval e de Waldir Pires, que faziam a transição da ditadura militar para a garantia da cidadania plena.

É neste contexto que surge na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) o curso de Licenciatura Plena em História. A chegada deste curso, por sua vez, também se dá em meio a muitas expectativas na universidade, após luta tanto dos discentes da Licenciatura Curta em Estudos Sociais quanto de docentes. Tal luta é justificada no Plano do Curso de História da UEFS (1990, p. 6):

Acreditamos que a criação de um curso de História na Região de Feira de Santana, atenderá uma demanda efetiva de profissionais qualificados em uma área do saber das mais significativas para a formação da cidadania, contribuindo assim para reforçar o diálogo comunidade acadêmica e comunidade em geral, visando a solução dos diversos problemas que atingem a sociedade brasileira. [grifos meus]

Esta representação dos professores de História enquanto profissionais fundamentais à formação de cidadãos, ainda mais presente em se tratando de uma época de redemocratização do país, foi uma característica marcante em toda a formação da 1ª turma de História da UEFS, sendo fortemente influenciada pela formação marxista gramsciana da maioria dos professores do curso e por muita participação política no movimento estudantil. Este fim da Ciência Histórica aparece em todos os depoimentos coletados, bem como a exaltação à consciência e atuação política desta turma como um dos pontos mais positivos de sua formação. N¹, por exemplo, quando questionada quanto ao que da sua formação foi mais marcante para sua construção identitária e para a formação dos seus princípios, comenta que

a gente viveu um momento que o DCE era muito forte, e acompanhar todas aquelas lutas, aquelas discussões, foi importante para a minha formação, pra minha politização [ênfase]. Quando eu cheguei na universidade, eu era muito ingênua, muito imatura, e eu hoje sou militante. [Grifos meus]

Este posicionamento em relação ao curso dos estudantes culminou no relatório de seus estágios, embora todos os professores entrevistados tenham ressaltado como ponto negativo do curso o distanciamento entre teoria e prática, prevalecendo a valorização da pesquisa e da militância como campo de atuação do profissional, motivo pelo qual a maioria só tomou consciência de que o curso era de licenciatura e que estavam se formando professores, na disciplina de estágio. É o que nos mostra o depoimento de N:

¹ Embora tenha autorização dos professores depoentes para identificá-los na dissertação final do mestrado, optei aqui por não identificá-los, tendo em vista que não tive condições de mostrá-los este artigo antes do seu envio à ANPUH.

De ponto negativo que eu acho, o distanciamento total com a realidade. Total, total (com ênfase)... a gente não teve preparação nenhuma, eu morria de medo de ir para a sala de aula. O meu estágio foi até uma surpresa

O estágio supervisionado foi, portanto, um momento primordial para a reflexão desses futuros professores: foi nele que a maioria começou a tentar se olhar nos espelhos e se vê na profissão. A primeira representação que lhes era acessível era a dos professores da universidade, os quais, como já foi dito, eram na maioria de formação marxista- gramsciana. Tal representação influenciou no olhar que tinham: 1 – da História:

Esta vocação profética da História, [que] uma vez atuando no seio da sociedade capitalista, tende a afirmar-se como contra-hegemonia, construção e manejo de um saber e de um poder que se opõe ao saber ideológico hegemônico e ao poder real da classe dominante. (Relatório de estágio do curso de História, 1990.2, 1993, p. 21)

(...) vocação profética denunciadora da luta de classes e do seu produto histórico e anunciadora da possibilidade dos homens assumirem seu papel de sujeitos críticos de sua própria ação e, principalmente, das ações coletivas. (Relatório de estágio do curso de História, 1990.2, 1993, p. 23);

2 - do que deveriam ser enquanto professores de História:

Supondo-se um curso que consiga instrumentalizar o profissional para a referida vocação, teríamos um intelectual orgânico das classes subalternas em potencial (...). A luta por fazer chegar uma nova concepção de História ao 1º e 2º graus, então, passa a confundir-se com a luta por uma nova concepção de mundo, alternativa à óptica burguesa, a ser constituída pela classe subalterna através de seus intelectuais. (Relatório de estágio do curso de História, 1990.2, 1993, p. 23-24);

3 - dos professores que atuavam na época em que se formaram

Parece-nos óbvio que os professores de História da escola pública estão longe de assumir este papel. (...) A prática pedagógica, condicionada pelo posicionamento político dos professores, reflete os interesses e conveniências pessoais destes, na medida em que não assumem com responsabilidade sua função enquanto profissionais. (...) O professor de escola pública de Feira de Santana é agente reproduzidor e que tenta anular ou mesmo mascarar o caráter elitista da educação. (Relatório de estágio do curso de História, 1990.2, 1993, p. 32)

É importante destacar que o contexto em que este relatório foi elaborado – como atividade avaliativa de uma disciplina de estágio, ministrada por professoras declaradamente gramscianas – também exerce influência nos discursos reproduzidos nele, tendo em vista que dificilmente os estudantes assumem em atividades avaliativas um posicionamento diferenciado do adotado e trabalhado na disciplina pelo professor.

Além da academia – e seus membros -, outras esferas sociais emitem representações, no mencionado período, sobre os professores, embora estas não se direcionem especificamente aos professores de História. Tais representações, por sua vez, oscilam entre reconhecimento de sua importância, piedade e desrespeito, prevalecendo, porém, as representações negativas, motivo pelo qual questiono até que ponto os estudantes da 1ª turma de História não conseguiam se perceber enquanto professores por desconhecimento ou deficiência curricular ou por não querem assumir-se enquanto tal em meio a tantas representações negativas e a um contexto extremamente desfavorável (como veremos mais à frente), principalmente se considerarmos que a maioria deles “advém de uma classe média ‘baixa’, com poucos recursos e que tenta ascender através da profissionalização e, diante das opções, a Universidade torna-se uma alternativa”(Plano do Curso de História: 1990, p. 199). Se a entrada na Universidade relaciona-se à possibilidade de ascensão social, como aceitar a entrada em um campo profissional como este?

Por outro lado, nota-se que entre os anos de 1986 e 1988², eram freqüentes nos jornais Feira Hoje (FH), de grande circulação no município na época, notícias sobre o abandono e o descaso público para com a educação no município, existindo colégios que os diretores pedem contribuição dos alunos para aquisição de filtros de água, reprodução de provas (FH, 14/04/86) e para comprar lâmpadas (FH, 28/04/88), em que faltam mobiliário e vagas, e há telhados caindo (FH, 08/01/88), em que por falta de mobiliário, os alunos estão levando almofadas e esteiras para assistir aula (FH, 09/03/88) ou têm aulas semana sim, semana não, revezando-se (FH 27/03/88), em que “os professores vivem momentos de tensão enquanto estão dando aula, pois é comum os ratos passearem nas salas de aula, sem contar o mau cheiro e a insegurança, tanto para eles quanto para os alunos, que ficam praticamente na rua, uma vez que as salas estão esburacadas, dando fácil acesso aos marginais.” (FH, 20/03/88) e em que a presidente da Aprofs “entende que a categoria vive ‘massacrada, oprimida em todos os sentidos’.” (FH, 12/04/87)

Na UEFS, por sua vez, a situação não era muito diferenciada: alunos pagando taxas (FH, 08/01/86), atrasos no pagamento de salários (FH, 05/03/1986; FH, 02/04/86), eleições indiretas para reitor (FH, 25/03/87), falta de verbas para manutenção dos cursos (FH, 18/05/88), etc.

² Até o momento, ainda não foi possível analisar os jornais entre 1989 e 1991.

O período também foi marcado por constante mobilização dos professores, desde os de estabelecimentos particulares de ensino quanto os das escolas públicas estaduais e os da universidade³.

Dentre as reivindicações dos professores da rede estadual é perceptível o fato de que soluções para o caos em que se encontravam as escolas públicas não pareciam ser prioridade, tendo em vista que as pautas de negociação com o governo giram mais em torno de melhorias para a categoria.

Em 04/03/88, por exemplo, no pior ano em se tratando de abandono das escolas públicas, os professores desistiram de entrar em greve só porque o governo autorizou que os professores de 20 horas cumprissem apenas 14 horas em sala de aula, destinando mais três horas para planejamento, o que deixa claro que o próprio governo percebia que o que movia a categoria era salário e usava isto a seu favor. Apesar disso, os professores usavam o argumento de que paralisavam para obter melhorias para a educação para conquistar o apoio dos estudantes e pais de alunos à sua causa.

Vale destacar, ainda, que a categoria mostrava-se, aos olhos da mídia, desunida e pouco atuante nas atividades grevistas, como demonstra o exemplo abaixo.

Na assembléia de ontem à tarde, (...) vários professores se levantaram e disseram que uma minoria trabalha e a outra aproveita o movimento paredista e fica descansando em casa. Muitos afirmaram que não iriam assumir o movimento sozinho. Depois de muita conversa e pouca decisão, os poucos professores que restaram – trinta e oito – resolveram pelos 3 mil componentes da classe a situação(...). (FH, 12/04/86)

Outra denúncia importante quanto aos processos de mobilização dos professores são as de uso destes para fins políticos, “já que alguns deles identificaram manobras políticas por trás do movimento com pessoas interessadas na greve com o intuito de ‘desestabilizar o governo’”. (FH 09/04/87)

Diante desses relatos, é possível compreender porque os professores do Estado caíram no descrédito popular, principalmente a partir da atitude irresponsável adotada por alguns após as paralisações.

Na verdade, não há reposição de aulas. O que os professores estão fazendo é cada um que responde por determinada disciplina chega na sala de aula, dá um tema, explica como deve ser feito o trabalho e aí você tem que se virar pra fazer até 6 trabalhos, um para cada matéria, que deve ser entregue até o final do mês. (...) Desta

³ Os jornais praticamente não mencionam os professores do município, tão pouco os problemas enfrentados pelas escolas municipais, embora, no pouco que foi apontado, tenha ficado explícito que o problema é o mesmo. Possivelmente, isso se dava por comprometimento do jornal com os políticos locais.

forma que está sendo feita, é só para quebrar o galho dos professores que o tempo todo nos pediu apoio para a greve, e quem nos vai apoiar agora? (depoimento de uma aluna no FH, 04/12/87)⁴

Movimento semelhante se dá em relação aos professores da UEFS. Diferenciavam-se daqueles pelo teor de suas reivindicações, que previam melhorias para o ensino como um todo, para além dos seus interesses de classe, frequentemente cediam às pressões do Governo, de modo que quase sempre voltavam às aulas sem terem suas reivindicações aceitas, trazendo transtornos para os alunos, levando-os também ao descrédito popular e à perda gradativa do apoio do movimento estudantil. Ilustrativa desta situação é a nota de um estudante da UEFS no FH de 24/03/88:

Tudo leva a crê que o “Vale à pena ver de novo” vai ser reprisado pela “rede Adufs” e os estudantes pelos corredores da UEFS angustiados e obrigados em terem que desligar mais um semestre, comentam revoltados, sobre o alto custo desta reprise que sempre, sempre, terminam arcando com todas as despesas. (...) Muitos são os argumentos utilizados para se conseguir a solidariedade dos estudantes em geral ou daqueles que representam suas entidades. Alguns desses argumentos merecem reflexão, porém muitos são os que hoje são considerados uma piada de mau gosto, como o de melhoria no nível de ensino.

A bem da verdade, o Governo Estadual muito contribuiu para este descrédito popular em relação aos professores das escolas e universidades públicas, tendo em vista que não cumpria os acordos firmados com as categoria(FH, 05/03/86), cortava salários e ameaçava grevistas de demissão (FH, 28/05/88), numa clara postura de desrespeito, além de deturpar os movimentos grevistas (FH, 10/04/86), noticiando falsas informações nos meios de comunicação (FH, 10/04/86). Considerando que, como vimos, segundo Chartier (1990), as representações se constroem a partir de discursos socialmente circundantes, os quais não são ingênuos e se colocam através de um “jogo de poderes”, onde quem tem o poder consegue ditar aos demais suas representações, tal posicionamento foi fundamental para a desmoralização do movimento docente.



Nos cartazes lê-se: no da esquerda “Eu, Pró Flor de Liz, reivindico por melhor salário” e no da direita “Sou pequena do tamanho de um botão. Não quero ser professora, pra num me faltar o PÃO”.

⁴ Desabafo de uma aluna em uma reportagem sobre a reposição das aulas após a greve de 1987.

Apesar desta postura do Governo, ainda aparecem nos jornais algumas declarações de apoio popular drama dos professores, como uma em que são tema de sátira na Festa de Santana (FH 23/01/87) e a fotografia que acompanha a reportagem (à direita), mesmo caricaturada, é bastante ilustrativa das representações, que permeiam o imaginário popular na época, ainda relacionando à imagem das professoras normalistas, em se considerando o vestuário. Além disso, a expressão séria em pleno momento de descontração do rapaz da esquerda também transparece a representação de que esta seria a postura esperada da professora.

É importante destacar que não há homogeneidade nas representações sobre os professores: estas variam conforme o grau de envolvimento com a categoria, com a condição social, o nível de escolaridade e o posicionamento do indivíduo. Nesse sentido, duas reportagens extraídas da sessão “Na Boca do Povo” do Jornal Feira Hoje são bastante ilustrativas. Uma foi publicada em 06/03/88 e versava sobre a atual situação da educação pública em Feira de Santana e a atuação e postura dos professores:

“Tem professor que vai ao colégio o dia que quer, prejudicando a qualidade do ensino.” (estudante) (...) “Muitos professores não querem nada e sempre é o aluno que não tem interesse” (Comerciária) (...) “Os professores estão percebendo péssimos salários, faltando com isso o estímulo para eles desenvolverem um bom trabalho.” (Funcionária Pública) [grifos meus]

A outra versa sobre o corte dos salários e a ameaça de demissão dos Professores da UEFS pelo governo de Waldir Pires:

“Waldir agiu incorretamente. O professor está certo em sua greve, pois está ganhando muito pouco. Não é todo mundo que agüenta ganhar pouco, quanto mais os professores que são obrigados a enfrentar uma sala de aula” (vendedora.)(...) “Os professores merecem ganhar mais, e isso iria melhorar o próprio ensino”. (Vendedor ambulante) (...) “Cortar os salários dos professores eu acho justo, desde quando eles fazem greves e os alunos saem prejudicados” (Bancário)(...) “No lugar dele eu agiria da mesma forma, cortando os salários. O Estado está carente. Waldir está com dificuldades para pagar o funcionalismo. (Operadora de máquina de Xerox)[grifos meus]

Em se tratando dos professores da rede particular, a situação é diferenciada: apesar de haver mais dificuldade de mobilização - tendo em vista que o risco de represália e demissão era grande -, a participação destes no movimento era maior e mais organizada, e o pós-greve também era mais planejado, resultando em uma maior participação de pais de alunos e em um maior apoio da comunidade, inclusive da imprensa que, mesmo comprometida com as escolas (uma vez que algumas anunciavam propagandas neste jornal), faziam constantes denúncias contra a postura dos diretores nas negociações.

Entre estes professores, havia sempre muita cautela nas declarações, o eu reflete o temor nas consequências que podem advir de um movimento grevista. Um caso é bem exemplar disto: no FH de 29/04/86, uma professora do Colégio São Francisco declara que

a greve em Salvador é movida por questões salariais, principalmente, e as condições de diálogo entre profissionais e diretores estão bastante restritas. 'Aqui em Feira não existe disso, pelo menos nesta escola. Nós temos toda a liberdade para conversar com a diretoria sobre qualquer problema, e por isso descartamos possibilidades de paralisação. A situação em outros estabelecimentos como o Nobre, o Anísio Teixeira e o Super Star é idêntica(...) Embora eles [os professores] prefiram não se identificar, declaram-se unanimemente sobre o bom momento que vive a classe'

Um dia depois desta reportagem os professores da rede particular (incluindo os colégios mencionados) entram em greve e o comando declara que “algumas das reivindicações dos professores da rede particular já são leis mas não são cumpridas pelos colégios, levando a classe a exercer o trabalho em condições precárias” (FH, 01/05/86). Vale destacar que nem o jornal acreditava que a greve seria para valer, pois mesmo após a assembléia dos professores ter aprovado a greve, ele anuncia “professores podem fazer greve na segunda-feira” (FH, 01/05/86).

A agenda de mobilização destes professores era bastante diversificada, com participação de um bom número de professores, divididos em comissões, (FH 07/05/86) e lotando as assembléias (FH 07/04/87).

É neste momento que se percebe mais claramente o desrespeito por parte de diretores de colégios aos professores, tomando atitudes por vezes absurdas, como impedir o comando de greve de conversar com os professores (FH, 08/05/86); encaminhar telegramas para os professores no fim de semana, informando que as aulas teriam reinício da segunda-feira, sem que esta fosse uma determinação dos grevistas (FH, 28/04/87); tentar convencer seus professores a sair da greve independente das negociações com o sindicato patronal, alguns até pressionando-os a isso (FH, 10/05/86); colocar “pessoas desqualificadas” para substituírem os educadores grevistas (FH, 10/04/87); jogar a opinião pública contra a categoria, manipulando os números (FH, 31/03/87); ou dar aulas no lugar dos professores (FH, 31/03/87).

Algumas declarações, por sua vez, são surpreendentes, a exemplo de um diretor que ameaçou fisicamente um dos professores do comando de greve e arrancou os cartazes de uma das professoras, ressaltando ainda que “a escola de sua propriedade era uma empresa privada que não precisava de professores para funcionar” (FH, 08/05/86) Outro chama os grevistas de “irresponsáveis e baderneiros e ainda ameaçaram os professores que tentassem fazer piquetes em frente à escola” (FH, 14/05/86). Outro ameaçou os seus empregados dizendo que “na

Segunda-Feira irá buscá-los em casa, de automóvel, e que abrirá passagem na porta de sua escola de qualquer forma, para que as aulas prossigam normalmente.” (FH, 09/05/86), posteriormente ameaçando-os de demissão (FH, 15/05/86). “Há, ainda um que diz para um dos grevistas que ‘na idade de vocês eu estava era no cabo da enxada’”, insinuando que eles não eram trabalhadores. (FH, 23/04/87)

Um outro ponto que chama a atenção na greve dos professores da rede particular é o papel do jornal Feira Hoje neste processo. Emitindo reportagens diárias sobre o movimento destes professores, o jornal era visivelmente favorável ao movimento dos grevistas, denunciando os desrespeitos dos donos de estabelecimentos de ensino à categoria. Nota-se, entretanto, que nenhum dos diretores denunciados anunciava em seus jornais e os que anunciavam não foram denunciados e alguns tiveram espaço para mostrarem-se compreensivos em relação às reivindicações dos docentes.

Acrescente-se ainda a participação alunos e pais de alunos nestes movimentos dos professores da rede particular. Embora preocupados com os efeitos da greve, estes organizaram reuniões, que alcançaram 350 participantes (FH, 15/04/87), e uma comissão que trabalhou ao lado dos professores grevistas nas negociações, segundo o jornal “por reconhecerem como justas as reivindicações dos professores” (FH, 10/04/87).

Os alunos, por sua vez, iam para a porta das escolas protestar em favor do atendimento da reivindicação dos professores, embora isso geralmente se desse por motivações próprias da categoria – apoio à redução do número de alunos por sala (FH, 08/05/86), resistência à ameaça de corte de nota dos professores resistentes à greve (FH, 10/05/86), etc.

No geral, é possível perceber dispersa na sociedade feirense da época uma consciência do mal estado em quem se encontravam as escolas da época e das péssimas condições de trabalho dos professores. Entretanto, esta mesma sociedade ora apoiava, ora criticava a atuação e a luta por melhorias destes professores, posturas estas influenciadas pelas representações negativas postas pelo governo, pelos diretores e pelos alunos, bem como pelo apoio e destaque dado pela mídia aos movimentos docentes.

A diferença nas representações sobre os movimentos grevistas dos professores da rede pública (de 1º e 2º graus e superiores) e da rede particular, por sua vez, denuncia que as atitudes e discursos desses professores, por sua vez, não passam despercebidos: se os primeiros foram perdendo o apoio social à medida que demonstravam pouca atuação no movimento grevista, pouca preocupação com os demais problemas que afligiam a educação para além de suas questões salariais e descompromisso na reposição das aulas, o mesmo não se dava em relação aos professores da rede particular, que tinham uma participação mais ativa

no movimento, incluíam nas suas reivindicação melhorias para a qualidade do ensino privado e cumpriam criteriosamente o calendário de reposição, de modo a não prejudicar os alunos, obtendo, assim, o apoio crescente da sociedade, inclusive da mídia e dos pais pagantes.

Percebe-se, portanto, que a construção das representações sobre os professores e das autorepresentações se dão numa interação constante, numa mútua influência, inclusive com o contexto da época. Considerando que é neste negativo panorama que se inserem os professores recém formados em História da região, é fácil entender porque foi unanimidade entre eles a avaliação negativa da experiência de estágio e a frustração em perceber que “mudar o mundo” através de sua “vocação profética” não seria tão fácil quanto inicialmente haviam imaginado. Todos, porém, tinham uma posição unânime: não desistir da luta. As entrevistas com eles, hoje, porém, mostra que parte desta utopia já morreu. Mas isso é outra história que discutirei em outra ocasião...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES UTILIZADAS

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

HUNT, L. “Apresentação: História, Cultura e Texto”. In.: HUNT, L. (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.1-29.

Jornais Feira Hoje (1986-1988)

O'BRIEN, P. “A História da Cultura de Michel Foucault”. In.: HUNT, L. (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 33-32.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

UEFS. *Plano Estrutural do Curso de Licenciatura em História*. Feira de Santana: UEFS, 1990

_____. *Relatório de estágio do curso de História, 1990.2*: pesquisa histórica e interferência na escola pública de 1º grau em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 1993